O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO, COMO GERADOR DE UMA CIDADE SUSTENTAVÉL, EM CAMPINAS/SP

The growth accelerations program, as generator of a sustainable city, in Campinas/SP

SILVA, Maria Lúcia da
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

SPERANDIO, Ana Maria Girotti
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

RIBEIRO, Marialva Mota
Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP

Resumo: Este artigo visa refletir sobre o processo de mobilização e organização das famílias beneficiárias pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento em Campinas – SP, por meio das ações de geração de trabalho e renda, educação ambiental e sanitária; considerando que estas têm por finalidade propiciar ambientes favoráveis à promoção da saúde e as melhorias nas gestões ambientais e sanitárias, colabora-se assim para a construção de espaços urbanos saudáveis e sustentáveis. O planejamento e implementação dessas ações têm buscado parceria com os setores envolvidos e organizações não governamentais, visando a transversalidade das mesmas relacionadas às políticas públicas saudáveis. O relato apresentado procura contribuir apontando os sinais de efetividade das ações e as alterações positivas possíveis no cotidiano das comunidades beneficiadas, refletindo sobre a prática vivenciada, visando o aprimoramento do PAC.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Planejamento Urbano, Saudável, Participação Social.

Abstract: This article aims to reflect on the process of mobilization and organization of beneficiary families by PAC - Growth Acceleration Program in Campinas - SP, through the actions of generating employment and income, environmental and health education, considering that these are aimed at providing supportive environments for health promotion and improvements in environmental and health administrations, thus contributes to building healthy and sustainable urban spaces. The planning and implementation of these actions have sought partnership with the sectors involved and non-governmental organizations, aimed at mainstreaming the same related to healthy public policies. The case presented here seeks to contribute pointing signs of effectiveness of actions and changes in daily positive potential beneficiary communities, reflecting on the practice experienced in attempts to improve the CAP.

Key words: Public Policy, Urban Planning, Healthy, Social Participation.

ISSN 1679-8902

INTRODUÇÃO

Campinas é um município situado no interior do estado de São Paulo, localizando-se a aproximadamente 96 km da capital do estado e se destacando por possuir um moderno parque industrial tecnológico e por contar com renomadas instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC Campinas, sendo que aproximadamente 10% da produção científica nacional é produzida nesta.

O município é sede da Região Metropolitana de Campinas, que é composta por 19 municípios, possuindo uma população estimada em 1.100.000 mil habitantes, sendo a terceira cidade mais populosa do estado de São Paulo. (IBGE, 2010).

Em Campinas, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve inicio no ano de 2008, regulamentado pela Lei Federal 11.578/2007 (BRASIL, 2007) e revisto pela Lei Federal 12.424/2010 (BRASIL, 2010), que inseriu o Programa Minha Casa Minha Vida. Estes programas possuem como objetivos fomentar a políticas econômicas, principalmente por meio da geração de postos de trabalho na indústria da construção civil; promover o acesso a moradia, reduzindo o déficit habitacional, especialmente para famílias com renda familiar de até 3 (três) salários mínimos; promover a infra-estrutura portuária e de rodovias, acesso ao saneamento básico e aos equipamentos públicos, e fomentar a questão ambiental, seja na recuperação das área degradas ou preservação do meio ambiente.

A implementação do PAC no município de Campinas considerou a Constituição Federal (BRASIL, 1988), que em seu artigo 6 ° trata dos Direitos Sociais, tais como educação, o trabalho, a saúde, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, ainda que este tenha sido implantando em consonância com o Plano Diretor do Município.

Consideraram-se ainda os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que tratam da política urbana e apresentam as diretrizes para o desenvolvimento das funções sociais da cidade, para garantir o bem estar dos seus habitantes (BRASIL, 1988) e a Lei Federal n° 10.257, Estatuto das Cidades,

ISSN 1679-8902

(BRASIL, 2001), que regulamenta os artigos acima, abarcando um conjunto de princípios que expressam uma concepção de cidade, de planejamento e gestão urbana, visualiza-se uma série de instrumentos a serem implementados, dentre eles a obrigatoriedade da aplicação do Plano Diretor aos municípios com número acima de 20 mil habitantes, que deverão ser aprovados pelas Câmaras municipais.

O Estatuto das Cidades apresenta como diretriz o controle social, por meio da gestão democrática realizada com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos das comunidades na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos do desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

Considerando ainda o déficit habitacional do país, seja de aproximadamente seis milhões e 400 mil unidades habitacionais (BRASIL, 2011), o Estatuto das Cidades ainda traz um novo conceito de cidade, e novas diretrizes, sendo uma delas: a "garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito a terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, aos serviços públicos, ao trabalho e lazer; para as presentes e futuras gerações." (BRASIL, 2001)

O Programa de Aceleração do Crescimento vem sendo desenvolvido desde 2008 nesta cidade, seus investimentos estão estruturados em duas frentes de atuação: a construção de obras de habitação popular, infra-estrutura, saneamento básico e equipamentos públicos, e o PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social.

Essas frentes de atuação do PAC assumiram os desafios de implantar empreendimentos sustentáveis - construindo não apenas as unidades habitacionais, destinadas às famílias oriundas de áreas de riscos iminentes, mas concomitante ou antecipadamente as obras de saneamento básico, os equipamentos públicos para atendimento de novas demandas, tais como centros de saúde, espaço multiuso para atendimento assistencial, esporte, lazer e cultura e centros comunitários, para abrigar as organizações da sociedade civil.

A outra frente – PTTS – tem por objetivo realizar o trabalho técnico social, em parceria com diversas Organizações não Governamentais (ONG's), secretarias e autarquias consolidadas na rede de assistência do território local, considerando a intersetorialidade, propiciando ações sócioeducativas, com uma metodologia que contemple a atenção integral às famílias alvo do Programa.

ISSN 1679-8902

Esta diretriz vem de encontro ao Estatuto das Cidades, de implementar cidades sustentáveis, considerando a inclusão de famílias com vulnerabilidade habitacional em território planejado e sustentável, efetivando o direito à cidade para todos.

O estudo que se propõe a realizar neste artigo tem como foco os avanços que estão ocorrendo na implementação do PAC no município de Campinas, considerando os 3 (três) empreendimentos do PAC-PPI (Programa Prioritário de Intervenção em Favelas) que estão localizados na região do Aeroporto de Viracopos (Projeto Técnico do Entorno do Aeroporto de Viracopos do Município de Campinas, 2008) e que se encontram na fase de pós-ocupação, em seus aspectos de moradia, infra-estrutura, saneamento básico, educação sanitária e ambiental, mobilidade e implantação de equipamentos públicos, totalizando 498 Unidades Habitacionais.

OBJETIVOS

Identificar e registrar os resultados identificados a partir da implementação do PAC Campinas nos empreendimentos habitacionais e no entorno, considerando a participação social e apontando alguns aspectos relevantes nos 3 (três) empreendimentos do PAC-PPI (Programa Prioritário de Intervenção em Favelas) que estão localizados na região do Aeroporto de Viracopos.

METODOLOLOGIA

Para a realização deste trabalho utilizaram-se pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e de campo, operacionalizadas por meio de consulta a documentos e observação estruturada, que possibilitaram a coleta de dados para se verificar e analisar os impactos ocorridos na região objeto de estudo e na qualidade de vida das famílias incluídas nos conjuntos habitacionais contemplados nos 3 (três) empreendimentos do PAC-PPI (Programa Prioritário de Intervenção em Favelas).

Buscando identificar as variantes relevantes, definir problemas e hipóteses, efetuando estudos comparativos a fim de propiciar uma investigação detalhada do problema identificado, utilizou-se a pesquisa exploratória (CASTRO, 2011). Ou seja,

ISSN 1679-8902

procurou-se identificar os impactos ocorridos no território urbano e no entorno em que o PAC foi implantado no município de Campinas - SP, considerando os aspectos de construção de equipamentos públicos, infra-estrutura, saneamento básico, bem como que impactos as novas moradias com condições adequadas de iluminação, ventilação e salubridade, tem proporcionados às famílias.

Para tanto se utilizou como instrumentos para efetivar este estudo, a pesquisa documental; consultando atas de reuniões, atas de relatórios, boletins, informativos, cartilhas de orientações, registros fotográficos, documentos oficiais do município e do governo federal.

Utilizou-se também a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de consultadas como documentos oficiais, artigos afins, leis de regulamentação do PAC, normativas do Ministério das Cidades.

A coleta de dados e a observação estruturada participante ocorreram em visitas de campo, na participação de alguns dos autores deste trabalho em reuniões, assembléias, oficinas de capacitação para o trabalho e geração de renda, e ainda em ações intersetoriais promovidas pelos parceiros da rede local do território. Destaca-se que os registros fotográficos das fases anteriores a execução das obras físicas, possibilitaram a comparação dos impactos ocorridos no território.

Consideraram-se as definições de Governança, Planejamento Urbano, participação social e a Intersetorialidade nas ações executadas, também pesquisa em documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Campinas (Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria de infra-estrutura), como atas, relatórios de reuniões e assembléias, de Comissão de Acompanhamento de Obras e registros fotográficos.

O conceito de governança escolhido e citado a seguir permite identificar quais os aspectos relevantes para o exercício da cidadania e a intersetorialidade com objetivo de construir ambiente saudável para moradias, ocorrendo por parte da população as conquistas relacionadas à melhoria da qualidade de vida, a mobilidade e da boa governança.

Entendem-se aqui como Governança :

> O desafio proposto nos paradigmas normativos do “bom governo”, próprios da “Governança”, e que delimitam as regras da colaboração, não constitui apenas um ideal abstrato, mas

ISSN 1679-8902

> uma maneira pragmática de mediar os diferentes interesses presentes na sociedade, desenvolvendo modos de convivência civil, com o aperfeiçoamento das formas de colaboração política e social. Tem, portanto caráter moral, já que essas modalidades inscrevem-se em formas de requalificação do sentido emprestado a democracia como valor, orientando o que fazer como fazer e com quem fazer, ou seja, os limites das práticas efetivas das forças sociais. (IVO, 2002).

Segundo Ivo (2002), a comunidade deve participar colaborando de forma efetiva, para a construção de nova prática social desde o planejamento, execução e as parcerias.

As famílias que foram consideradas no PAC são oriundas das ocupações desordenadas da região do Aeroporto de Viracopos, Jardim Campo Belo, jardim Campitúba, Parque Oziel-Gleba-B.

Para o registro das atividades realizadas no processo de implantação do PAC em Campinas – SP foram utilizados diversos instrumentais, tais como atas de reuniões do grupo executivo do trabalho técnico social, atas de reuniões com as lideranças, relatórios de atividades, atas de assembléias com as famílias, oficinas de capacitação profissional, expedição de cartilhas e boletins informativos, visitas domiciliares.

Realizaram-se reuniões junto às lideranças de associações de moradores, sociedades amigos de bairros, grupos de mulheres, para apresentação das obras físicas e da intervenção social, pois estas serão parceiras na implementação do PAC no território.

Além disto, realizaram-se assembleias gerais periódicas com as famílias beneficiárias dos empreendimentos habitacionais, para que estas se apropriem dos projetos de obras físicas e do trabalho técnico social, estabelecendo um canal de participação entre o poder público municipal e a comunidade. Nestas são eleitas as Comissões de Acompanhamento de Obras, que serão compostas por famílias beneficiarias do programa habitacional, técnicos sociais, engenheiros e arquitetos, com objetivo de acompanhar, sugerir alterações do projeto construtivo e fiscalização das obras físicas.

ISSN 1679-8902

Realizaram-se, também, oficinas de reflexão sobre os cuidados com os espaços coletivos, preservação dos equipamentos públicos existentes e os construídos com recursos oriundos do PAC.

Desenvolveram-se oficinas lúdicas de multiplicadores ambientais, tais como peça teatral, grafitagem, visitas as estações de tratamento de água e esgoto, cooperativas de reciclagens, envolvendo a população nos cuidados com o meio ambiente com objetivo de colaborar com o planejamento urbano saudável.

Para a geração de trabalho e renda, destacam-se a realização de oficinas (área de beleza e informática) para o desenvolvimento das potencialidades, contando com a participação de algumas das autoras deste artigo.

As oficinas foram registradas por meio de fotografias, vídeos, que foram utilizados na elaboração de boletins, manuais e vídeos que foram apresentados aos beneficiários que participaram das atividades.

Realizaram-se, também, reuniões intersetoriais com representantes das diversas secretarias municipais, Organizações não Governamentais, e de lideranças que compõem a rede local do território, visando ações transversais e o atendimento integral das famílias.

As atividades acima descritas possibilitaram a inserção da comunidade nos projetos que foram desenvolvidos, para que munida de informações e capacitação possam exercer o controle social das políticas públicas desenvolvidas pelo PAC, Entorno Aeroporto de Viracopos.

Por meio dos registros fotográficos (FIG. 1, 2, 3 e 4), observação estrutura participante, análise de documentos identificaram-se as modificações no entorno e os aspectos de melhoria da qualidade de vida dos moradores do território estudado.

ISSN 1679-8902



Figura 1: Rua sem infra-estrutura, na área que residiam as famílias beneficiarias do PAC.



Figura 2: Rua com infra-estrutura adequada, drenagem e pavimentação, obras realizada com recursos oriundos do PAC.



Figura 3: Local onde funcionava provisoriamente a Unidade Básica de Saúde do Jardim Campo Belo.

ISSN 1679-8902



Figura 4: Atual Centro de Saúde do Jardim Campo Belo, construído com recursos do PAC

RESULTADOS CONSTRUIDOS - ESPERADOS

Conforme destacado, o PAC no município de Campinas possui duas vertentes, sendo que uma delas considera a construção dos empreendimentos habitacionais e o seu entorno, por meio de um projeto integrado composto por moradias, saneamento básico, infra-estrutura urbana e equipamentos públicos; a outra vertente é o trabalho técnico social, que engloba uma série de objetivos visando despertar o exercício da cidadania das famílias beneficiárias.

Esta diretriz vem de encontro ao Estatuto das Cidades, de implementar cidades sustentáveis, considerando a inclusão de famílias com vulnerabilidade habitacional em território planejado e sustentável, efetivando o direito à cidade para todos.

No estudo apresentado neste artigo se propõe a constatar os avanços que estão ocorrendo na implementação do PAC no município de Campinas, considerando os seus objetivos ou seja:

- a identificação, através dos dados coletados dos impactos ocorridos no território em que o PAC foi implementado;
- o estudo e apontamento das melhorias na infra-estrutura urbana, saneamento básico e na mobilidade urbana, e nas condições de moradia.
- o apontamento dos entraves e as lacunas que possam existir, colaborando para aprimoramento do Programa de Aceleração do Crescimento.

ISSN 1679-8902

- o aperfeiçoamento da regulamentação do uso e da ocupação do solo urbano e promoção do ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da equidade, a eficiência e a qualidade ambiental urbana, com a criação de ambientes favoráveis à vida (Projeto Entorno do Aeroporto de Viracopos);
- a ampliação das oportunidades de educação extensiva possibilitando o desenvolvimento das capacidades individuais, como também a igualdade de oportunidades de acesso ao mundo do trabalho e ao exercício da cidadania plena e responsável;
- a articulação da rede do território envolvendo órgãos governamentais, organizações do terceiro setor e instituições privadas de ensino e pesquisa voltadas para o resgate de experiências variadas de capacitação para a cidadania e para a sustentabilidade.

Considerando que o PAC, de acordo com as normativas do Ministério das Cidades, possui como eixos principais o investimento em infra-estrutura, saneamento básico, mobilidade urbana, habitação, meio ambiente, além da desoneração tributária e medidas fiscais, e que as obras físicas devem ocorrer em consonância com o trabalho técnico social, (BRASIL, 2007), constata-se que o PAC em Campinas tem cumprido o seu propósito e realizando as intervenções sociais desde o ano de 2008.

No período da implementação do PAC, no município de Campinas, a Secretaria Municipal de Habitação ficou responsável pela gestão destes projetos, contando com o trabalho intersetorial com representantes das secretarias meio, que indicaram seus funcionários para compor o grupo executivo do projeto. Os técnicos sociais contaram com a rede social local e ONGS, dos territórios, que os empreendimentos foram construídos.

Destaca-se ainda a busca por mudanças de paradigma, da não fragmentação das ações e o atendimento às famílias de forma integral, considerando os beneficiários do programa em seu contexto socioeconômico, com todas as variações e fenômenos próprios de uma população historicamente marginalizada. As famílias que foram inseridas no PAC são oriundas das ocupações desordenadas da região sul do município de Campinas, de áreas de risco iminente, tais como margens de

ISSN 1679-8902

córrego, áreas de preservação ambiental, e de vários complexos de ocupações da região do Jardim Campo Belo e Parque Oziel.

As famílias foram removidas para as unidades habitacionais, construídas com recursos financeiros do PAC, que além das moradias contemplaram obras físicas de drenagem, pavimentação, rede de abastecimento de água, rede de coleta de esgoto, estação de tratamento de esgoto, construção de duas unidades básicas de saúde, complexo sócio cultural que abrigara os profissionais de assistência social e salas de leitura, teatro, dança, pistas de caminhadas, quadras poli esportivas.

Este trabalho técnico social possui os eixos de ações que são preconizados através da Instrução Normativa n°8 do Ministério das Cidades (BRASIL, 2009); ou seja, a mobilização e organização comunitária, Educação Sanitária e Ambiental, e Geração de Trabalho e Renda. O mesmo busca efetivar ações que promovam a autonomia das famílias, sua participação cidadã, sua inclusão no mercado de trabalho, e a contribuição para a sustentabilidade dos empreendimentos.

O trabalho técnico social possui como objetivo despertar o exercício da cidadania, através de ações socioeducativas interdisciplinares, que promovam melhorias das condições de vida dos beneficiários das unidades habitacionais e do entorno que o empreendimento esta inserido. (NORMATIVA n°8) (BRASIL, 2009)

Percebe-se atualmente, no remanejamento e remoção habitacional de famílias em curso, a contribuição do PAC para o desenvolvimento urbano saudável, na perspectiva da promoção da saúde, pois além da inclusão em moradias que poderão proporcionar qualidade de vida com dignidade e segurança a integridade física, as atividades socioeducativas e socioambientais desenvolvidas com o público alvo do Programa por meio do Trabalho Técnico Social, contribuem para a retomada do exercício da cidadania por parte dos beneficiários.

Destaca-se, entretanto, que :

> Os projetos de uma Cidade Saudável fazem com que o povo tenha um papel ativo na tomada de decisões que afetem a saúde de sua cidade. A participação do cidadão nos processos de administração é uma forma valiosa de se conseguir uma Cidade Saudável. Os funcionários, facilitam, coordenam e fornece o apoio aos conselhos e as comissões de cidadãos e ás forças-tarefas para identificação de políticas, instrução publica e

ISSN 1679-8902

> para trabalhar com problemas específicos. (MATHIAS, 2010, p. 94)

Em relação à implantação do projeto analisado, enfatiza-se que :

> O incentivo à organização associativa para produzir respostas às demandas que se apresentam no tratamento integrado da problemática urbana, as quais podem indicar possibilidades de continuidade das políticas públicas e alguma homogeneidade no tratamento local/regional das questões urbanas, sanitária e ambiental. (Projeto Técnico do Entorno do Aeroporto de Viracopos do Município de Campinas, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente em Campinas trabalha-se em 3 (três) conjuntos habitacionais do PAC 1, que se encontram em fase de pós-ocupação, e as famílias têm demonstrado bom grau de satisfação, considerando que os novos espaços de moradia tem propiciado melhor qualidade de vida à elas, pois as residências são dotadas de infra-estrutura e saneamento básico, e o entorno contemplado com equipamentos públicos, tais como: unidades básicas de saúde, complexo de esporte, lazer e cultura, centro de referencia de assistência social.

Ressalta-se que as famílias foram atendidas com as unidades habitacionais térreas, sendo esta uma solicitação delas, e ainda que foram removidas para o mesmo território que permitiu que os vínculos familiares, de vizinhança e com os profissionais dos serviços públicos fossem preservados.

Outros resultados esperados são que após as mudanças para as novas unidades básicas de saúde, que ocorreu recentemente, os profissionais em condições adequadas de trabalho possam acolher os usuários viabilizando a promoção, proteção e a recuperação da saúde como preconiza a lei de implantação SUS (Sistema Único de Saúde).

A recuperação ambiental das áreas degradadas após a remoção total das famílias é uma das vertentes do PAC, todavia, visando a manutenção destes espaços coletivos, a população foi orientada por meio de oficinas de multiplicadores ambientais, buscando despertar a importância dos cuidados com o meio ambiente,

ISSN 1679-8902

para que estes sistematicamente promovam ações, atividades de preservação destes locais.

Sabendo que os esforços do Poder Público Municipal e Federal são de viabilizar empreendimentos habitacionais e seus entornos, em locais saudáveis e sustentáveis, destaca-se que no momento do desenvolvimento deste artigo algumas lacunas foram registradas no PAC estudado, tais como a dificuldade do acesso à escola, a dificuldade de mobilidade urbana e possibilidades de inclusão em programa de geração de renda (implantação de hortas comunitárias, organização de cooperativas de material reciclado).

Finalizando, ressalta-se, ainda, que o PAC Entorno do Aeroporto de Viracopos está em fase de implantação, considerando as obras físicas e as ações sociais para desenvolver a governança local e colaborar com as políticas publicas urbanas implantadas neste território.

Referências

BRASIL (1988). **Constituição.** Constituição da República Federativa do Brasil.35. Ed. São Paulo: Saraiva 2005.

BRASIL. **Lei n° 10.257, de 10 de Julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e da outras providências. 2001

BRASIL. **Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.** Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11578.htm>Acesso em: 15 jun. 2013.

BRASIL. **Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.** Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm> Acesso em: 10 jun.2013.

CASTRO, C. M.; **Como redigir e apresentar um trabalho científico.** São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2011

ISSN 1679-8902

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO 2010. CIDADES@. São Paulo - Campinas, Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350950>. Acessoem: 01 nov. 2013.

IVO, A. B. L. Recomposição Política, Comunidade Cívica e Governança Urbana. In: **Caderno Metrópole**. S. Paulo: PUC-SP. 2002.

MATHIAS, A.; Cidades e comunidades saudáveis: participação social e desenvolvimento de políticas públicas saudáveis. In: SPERANDIO, Ana Maria Girotti, MACHIN, D. G.; FORTUNATO, Maria Alice Barbosa. (org.) **Políticas Integradas em Rede e a Construção de Espaços Saudáveis**: boas práticas para a Iniciativa do Rostos,Vozes e Lugares. Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília : Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. p. 90 -106.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Instrução normativa nº 8, de 26 de março de 2009.** Regulamenta o trabalho social executado em intervenções de provisão habitacional e de urbanização de assentamentos precários, no âmbito das Ações e Programas geridos pelo Ministério das Cidades. 2009. Disponível em: <http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=07/04/2009&jornal=1&pagina=42&totalArquivos=96> Acesso em: 5 jun. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Projeto técnico social do entorno do aeroporto de Viracopos, município de Campinas**. Documento Elaborado pela Secretaria Municipal de Habitação. 2008. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br>. Acesso em:03 jun. 2013.

ISSN 1679-8902